ISSN 1982-5528

POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA AO ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Flávio José Rocha da Silva
Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPB, Brasil
E-mail: kfbra@uol.com.br

Francisco José Pegado Abílio
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Professor do Departamento de Metodologia em Educação
Doutor em Ecologia e Recursos Naturais, UFSCAR, Brasil
E-mail: chicopegado@hotmail.com

ABSTRACT
This article discusses the need for a critical Environmental Education that challenges the current development model in Capitalism. It also questions how environmental educators are behaving as they witness the destruction of the environment sponsored by the model of society. The time presses into a change of attitude towards this model of development imposed by the Capitalism. If the Environmental Education cannot stop it, it should at least contributes to a critical thought of negative impact of Capitalism in our society.
Key-words: Environmental Education; Model of Development; Capitalism System.

RESUMO
O presente artigo busca discutir a necessidade da Educação Ambiental crítica frente ao modelo de desenvolvimento patrocinado pelo sistema capitalista e questiona como educadores ambientais estão se portando diante da degradação ambiental promovida por este modelo de sociedade. Urge a mudança de postura frente à destruição promovida pelo padrão de desenvolvimento imposto por este sistema. Se a Educação Ambiental não pode freá-lo, deve, ao menos, contribuir para a consciência crítica dos cidadãos com relação aos resultados negativos advindos deste modelo.
Palavras-chave: Educação Ambiental; Modelo de Desenvolvimento; Sistema Capitalista.

1. INICIANDO O DIÁLOGO

Nunca antes na história da humanidade foi tão clara a necessidade de se repensar o modelo de desenvolvimento que trouxe a humanidade ao patamar de destruição ambiental que se presencia atualmente. A mídia está repleta de notícias, filmes, comerciais e artigos, os mais diversos, sobre o aquecimento global, as mudanças climáticas, as catástrofes ambientais, os refugiados ambientais etc. Jamais foi possível vislumbrar o futuro do planeta tanto quanto hoje e, deve-se ressaltar que este não é um futuro promissor, com a precisão tecnológica de que dispomos.

Se por um lado somos bombardeados por notícias sobre estas catástrofes, por outro, é possível perceber que as mudanças de comportamento, exigidas para reverter tal situação, têm sido muito poucas, especialmente, se comparadas com a gravidade do problema. É como se a grande maioria dos humanos que tem acesso a essas informações não as processassem e não dessem a elas o devido valor que merecem. Ou alteramos a nossa maneira de viver ou não sobreviveremos para mudar.

2. MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Quando o assunto Educação Ambiental (EA) é abordado, muitos creem tratar-se de algo muito recente na história da humanidade. Na verdade, todas as vezes que o grupo humano, em qualquer época da história deste planeta, criou regras para o uso dos recursos naturais no seu entorno, estava disseminando a maneira de educar para lidar com aquele espaço geográfico e, assim, educar para sobreviver da melhor forma possível, no julgamento daquele grupo, com o qual a natureza lhes oferecia. Cardoso (2009) afirma que, "O processo histórico da evolução do homem mostra que, este interage com o ambiente de acordo com os conhecimentos históricos construídos, transmitidos culturalmente através de gerações [...]". Assim, a EA não é apenas aquela que é registrada por meio dos processos formais, mas também todo arcabouço adquirido através dos séculos por grupos humanos na forma de lidar com o meio ambiente. Pois, "O conhecimento empírico que povos tradicionais acumulam sobre o seu habitat e os recursos bióticos que utilizam, também deve ser respeitado e considerado." (NORDI et *al*, 2006, p. 134).

Muitas das cosmovisões dos indígenas, tribos nômades e grupos religiosos contêm regras para conviver, ou aquilo a que se chegou à conclusão, à época, que seria bom para a convivência do ser humano com o meio ambiente. Estes princípios foram transmitidos pela fala, simbologias e experiências observadas sobre as variações naturais (NORDI et *al*, 2006, p. 134). Exemplos bem claros são os preceitos, criados pelo povo judeu e catalogados no Livro do Levítico, de convivência com a natureza. O tema da santidade era buscado nas relações concretas do cotidiano entre os membros e a relação com a natureza (STORNIOLO; BALANCIN, 1990). Há outros exemplos como as regras hindus, a cosmovisão budista e a ética taoista na busca pelo equilíbrio e a interação com as forças governantes dos processos e dinâmicas do planeta Terra (BERRY, 1988). Havia a preocupação com o equilíbrio do espaço humano/geográfico onde viviam e a possível perda do bem natural comunitário, junto à consequente desarmonia que seria gerada no grupo, caso algumas regras não fossem

adotadas e seguidas. A EA é, portanto, mais antiga do que imaginamos e sempre foi necessária, mesmo que não pensada e sistematizada com tal denominação.

A palavra educação vem do latim *educatio* – formação do espírito - e ambiente do latim *circumfusus* – que rodeia que está em volta (DICIONÁRIO PORTUGUÊS-LATIM, 2000, p. 240) - isso mostra a tentativa dos antigos de educar o espírito para conviver com o que os rodeava. Aqui não exercitaremos juízo de valor sobre este fazer educacional embrionário, mas é correto evidenciá-lo.

O relacionamento dos seres humanos com a natureza passou por muitas transformações nos últimos séculos. Segundo Reigota (1994b, p. 47-48), ao comentar esta relação na América Latina, a invasão europeia foi o marco divisor no continente.

> Estes deixaram como forte herança a idéia de desenvolvimento econômico baseado na monocultura agrícola e/ou na exploração, até o esgotamento ou extinção dos recursos naturais. Por outro lado, desconsideraram, e esta é também uma pesada herança, toda a cultura e o direito à vida dos povos indígenas, iniciando um dos maiores genocídios da história, que ainda não terminou. O modelo dos colonizadores permaneceu, mesmo após a independência política. Eles foram substituídos, principalmente a partir do século XX, pelos americanos, e as multinacionais, aliadas à elite cultural e econômica do continente.

Junte-se ao genocídio indígena, o genocídio africano de milhões de pessoas raptadas para servirem de escravos e escravas nas plantações de cana-de-açúcar e cacau do Nordeste, café no Sudeste, extração de minérios em Minas Gerais e extração de borracha na Amazônia brasileira e encontraremos muitas respostas para as mazeles socioambientais do país. Há muito que se recontar na historia oficial e a EA pode prestar relevante serviço neste aspecto ao criticar o modelo vigente e rememorar os modelos de sociedade que foram forjados na opressão de povos e culturas e geradores da *dívida ecológica*. Leff (1998, p. 38) enfatiza que, "A dívida ecológica é mais vasta e profunda do que a dívida financeira. Não é só impagável, mas é incomensurável."

2.1 A educação ambiental no mundo moderno

Com o distanciamento de grande parte dos seres humanos da natureza e a respectiva perda de afinidade com o mundo que os cerca, causados pelo individualismo e pela metropolização da população no último século (REIGOTA, 1994b), a necessidade de restabelecer normas para a boa convivência entre os humanos e o mundo natural que os circunda, e para possível abrandamento do caos em que se vive, tornou-se não somente necessária, mas inadiável e vital para a sobrevivência da espécie humana no planeta. É, pois, necessária nova ética (LIMA, 2004) e educação para a cidadania. Para Jacobi (2005, p. 243), "Entende-se que a *educação para a cidadania* trata não só da capacidade do indivíduo de exercer os seus direitos nas escolhas e nas decisões políticas, como ainda de assegurar a sua total dignidade nas estruturas sociais", fazendo valer a verdadeira cidadania ambiental.

As novas configurações sociais do planeta apontam para grandes massas de populações vítimas das injustiças socioambientais resultante das estruturas macroeconômicas que governam e determinam o modelo de desenvolvimento vigente e o

modelo que nos é imposto gera desigualdades sociais e ambientais (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Por tudo isso, urge nova ética baseada na crítica do que aí está posto e que normatize novos paradigmas para o bom relacionamento entre os seres do planeta, imprimindo os princípios da autonomia, solidariedade, integração e criatividade em harmonia com a natureza (LEFF, 1998; REIGOTA, 1994a). Tais normas éticas não serão absorvidas pela população de forma repentina. Elas precisam fazer parte do arcabouço das instituições, entre elas a escola, para que se espalhem de maneira a serem capilarizadas nos meios sociais, e transformadas em ecopráticas cotidianas. Jacobi (2005, p. 244) afirma que, "Atualmente, o desafio de fortalecer uma educação para a cidadania ambiental convergente e multi-referencial se coloca como prioridade para viabilizar uma prática educativa que articule de forma incisiva a necessidade de se enfrentar concomitantemente a crise ambiental e os problemas sociais." Portanto, a educação deve tomar partido no que se refere ao modelo de desenvolvimento que se pratica, pois se não existe neutralidade em qualquer campo da atuação humana, tão pouco o há na educação.

No mundo moderno, foi com o final da Segunda Guerra, na metade da década de quarenta, que a humanidade deu-se conta da insanidade a que a ciência estava nos levando (ABÍLIO, 2008). O termo educação ambiental foi utilizado, pela primeira vez, no ano de 1948, na reunião da União Internacional para a Conservação da Natureza, em Paris (JACOBI, 2005). Este despertar aumentou depois da reunião do Clube de Roma[1], da Primeira Conferência do Meio Ambiente em Estocolmo[2], Suécia, e do Relatório de *Brundtland*[3]. Sua magnitude alcançou o topo com a Rio ECO-92[4] (REIGOTA, 1994a). Neste sentido, estes encontros de caráter global conseguiram chamar a atenção para os graves problemas a que a população planetária está sendo submetida, tendo como causa o modelo de desenvolvimento que gera destruição, poluição e consequente pobreza para milhões de pessoas.

No campo da educação, estes grandes eventos culminaram com as conferências direcionadas para repensar a educação para o meio ambiente. Assim, aconteceu em 1975, em Belgrado na antiga Iugoslávia, seminário com especialista da área ambiental, em que foram definidos os objetivos da EA, expostos na Carta de Belgrado. Reigota (1994a, p. 31-34) reporta os seis objetivos explicitados na Carta. São eles:

> 1-Conscientização: Levar os indivíduos e os grupos associados a tomarem consciência do meio ambiente global e de problemas conexos e de se mostrarem sensível aos mesmos;
> 2-Conhecimento: Levar os indivíduos e os grupos a adquirir uma compreensão essencial do meio ambiente global, dos problemas que estão a eles interligados e o papel e lugar da responsabilidade crítica do ser humano;
> 3-Comportamento: Levar os indivíduos e os grupos a adquirir o sentido dos valores sociais, um sentimento profundo de interesse pelo meio ambiente e a vontade de contribuir para sua proteção e qualidade;
> 4-Competência: Levar os indivíduos e os grupos a adquirir o *savoir-faire* necessário à solução dos problemas;
> 5-Capacidade de Avaliação: Levar os indivíduos e os grupos a avaliar medidas e programas relacionados ao meio ambiente em função de fatores de ordem ecológica, política, econômica, social, estética e educativa;
> 6-Participação: Levar os indivíduos e grupos a perceber suas responsabilidades e necessidades de ação imediata para a solução dos problemas ambientais.

Em seguida, aconteceu o Primeiro Congresso Mundial em Educação Ambiental em Tbilisi, na Geórgia (ex-URSS), em 1977, e Moscou sediou o Segundo Congresso de Educação Ambiental em 1987 (REIGOTA, 1994a). Estes eventos trouxeram à tona a importância da EA para a disseminação de nova postura frente aos desmandos do capitalismo.

Segundo Sato (2006, p. 23), "A primeira definição da Educação Ambiental foi adotada pela *International Union for the Conservation of Nature* (IUCN, 1971), que enfatizou os aspectos ecológicos da Conservação." Ainda de acordo com a mesma autora, a definição internacionalmente mais aceita é a da Conferência de Tbilisi, que assim define a EA:

> A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e classificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática de tomada de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida (SATO, 2006, p. 23-24).

Guerra & Abílio (2006, p. 32) afirmam que, "Definir EA é falar sobre Educação, dando-lhe uma nova dimensão: a dimensão ambiental, contextualizada e adaptada para a realidade Interdisciplinar, vinculada aos temas locais e globais." Estes autores também apontam três requisitos básicos para que o Professor/Pesquisador desenvolva propostas pedagógicas de EA:

> 1-SENTIMENTO- estimular o sentimento de satisfação, responsabilidade e solidariedade entre os homens e entre estes e os outros elementos da natureza;
> 2- RAZÃO- promover compreensão do ambiente em sua totalidade resultante do processo permanente de interação e inter-relação de seus elementos;
> 3-AÇÃO- oferecer meios que proporcionem a participação responsável e eficaz da população na concepção e aplicação das decisões que interferem no ambiente. (2006, p. 33-34).

Na concepção desta pesquisa, o segundo item tem sido bastante trabalhado através de pesquisas científicas, mas há deficiência na popularização do primeiro e do terceiro itens tanto no ensino formal quanto informal, e são estes que justamente trarão mudanças profundas para a sociedade. Para Leff (1998, p. 259),

> O desafio que se coloca à pedagogia ambiental é o de formar o ser humano, desde a infância e juventude, com um espírito crítico e construtivo, estimulando antes sua criatividade do que o submetendo aos desígnios de um mundo automatizado, armado por pedaços (bits) de informação, concatenado e encadeado pela tecnologia de uma ordem econômica supra-humana.

Embora a EA tenha sido disseminada em vários setores da sociedade e não somente no ensino formal, pois dados mostram que a maioria das atividades da EA é desenvolvida fora do espaço escolar (BARCELOS, 2008), ela está longe de atingir postura crítica na totalidade das várias tendências no Brasil como definidas por Sato (2002,), Guerra & Abílio (2006, p.35), sendo elas:

> Conservacionista - Desenvolvimento de atividades de excursões, lutas conservacionistas, preservação da fauna e da flora;
> Biológica - Enfatiza a Biologia e a Ciência nos livros didáticos, cadeias alimentares e aspectos da biosfera;
> Comemorativa - Destaca campanhas temporárias, como comemoração da Semana do Meio Ambiente, Dia da Árvore, etc.;
> Política - Enfatiza e valoriza as questões de natureza política, em detrimento dos aspectos naturais;
> Crítica para as Sociedades Sustentáveis - Entendimento das origens, causas e conseqüências da degradação ambiental, através de uma metodologia interdisciplinar, visando uma nova forma de vida coletiva.

Sendo esta última, a única questionadora da degradação ambiental gerada pelo modelo de sociedade capitalista. Para Carvalho (2004, p. 19), "Para uma educação ambiental crítica, a prática educativa é a formação do sujeito humano enquanto ser individual e social, historicamente situado." Isto é, uma educação que dote o sujeito de entendimento sobre o seu direito a participação nos destinos da sua comunidade.

Portanto, se é verdadeira a afirmação de que a EA não será o catalisador central das mudanças que a crise ambiental exige, é também verdadeira a afirmação de que ela pode influenciar cidadãos e cidadãs que promoverão a ruptura rumo a uma sociedade mais justa ambientalmente (REIGOTA, 1994a; GUIMARÃES, 2004; LOUREIRO, 2004). Pois, a EA "Busca a consciência crítica que permita o entendimento e a intervenção de todos os setores da sociedade, encorajando o surgimento de um novo modelo de sociedade, onde (sic) a conservação dos Recursos Naturais seja compatível com o bem-estar socioeconômico da população" (GUERRA; ABÍLIO, 2006, p. 33).

É urgente a postura questionadora com relação ao modelo capitalista de sociedade e a EA deve pautar-se por novo caminho ético, inclusive superando o antropocentrismo. "A Educação Ambiental vem contribuir em um processo interativo, participativo e crítico para o surgimento de uma nova Ética, esta vinculada e condicionada à mudança de valores, atitudes e práticas individuais e coletivas" (GUERRA; ABÍLIO, 2006, p. 33). Essas práticas podem e devem traduzir-se em posturas solidárias para com a natureza em processo de degradação. O teólogo Hans Kung (2001, p. 1010) sugere três pontos para criar a solidariedade com o meio ambiente:

> 1-Superar a compreensão de divisão entre as pessoas e o resto da criação;
> 2- Deixar de lado um estilo de vida e um modo de produção que prejudique profundamente a natureza;
> 3-Superar o individualismo que danifica a integridade da criação em prol de interesses privados.

A mesma direção aponta Reigota (1994a, p. 11), ao afirmar que, "A educação ambiental crítica está, dessa forma, impregnada da utopia de mudar radicalmente as relações que conhecemos hoje, sejam elas, entre a humanidade, sejam entre esta e a natureza." A EA deve, então, fazer-se presente para confrontar os desafios que permeiam as relações de equilíbrio ameaçadas pela industrialização, a manipulação de organismos genéticos e o agronegócio etc. e questionar todas as formas de expropriação dos recursos naturais e da força de trabalho, assim como questionar não apenas a posse do modo de produção, mas o próprio modo de produção (LOUREIRO, 2004). Para Cardoso (2009), "[...] a

educação ambiental entra como subsídio para construir uma consciência ambiental, como também, questionar o modo de como a humanidade vem garantindo a sua existência". De outra forma não terá interagido com os problemas com os quais tenta confrontar-se. Barcelos (2008, p. 54) afirma que,

> Se existe algum consenso, hoje sobre as questões ambientais e sobre o trabalho com educação ambiental, é que não basta estarmos cientes ou conscientes do que é ou não adequado fazer. Para além disto, é necessário construirmos espaços de convivência em valores tais como a solidariedade, a cooperação, a participação, a responsabilidade, o cuidado, o reconhecimento do outro como legítimo outro na sua diferença. Enfim, mais que "ensinarmos" e/ou transmitirmos conhecimentos e técnicas há que criarmos espaços de exercício de atitudes que sejam mais coerentes com os nossos princípios, fundamentos, teses, teorias, ou pressupostos de mundo, bem como de formas de *ser* e de *estar* neste mundo.

Como afirma Freire (1999, p. 110), "[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo". Nesse sentido, Jacobi (2005, p. 247) também diz que, "[...] o desafio político-ético da educação ambiental, apoiado no potencial transformador das relações sociais, encontra-se estreitamente vinculado ao processo de fortalecimento da democracia e da construção de uma cidadania ambiental". Pois como processo histórico-humano, a EA, formal ou informal, não pode negar-se a missão de transformar o que aí está posto e exposto pelas autoridades científicas mundiais no tocante à ameaça ao planeta Terra.

2.2 A educação ambiental no Brasil

No Brasil, assim como em outras partes do planeta, os grupos indígenas e alguns dos habitantes que aqui chegaram depois da invasão europeia como colonos vindos do Velho Mundo, em 1500, também desenvolveram métodos de convivência com o ambiente, praticando assim, a relação, na maioria das vezes, harmoniosa. Os ensinamentos educativos são repassados de geração em geração na forma de EA não formal até os dias de hoje. Pois educar é fenômeno típico da espécie humana (GUIMARÃES, 2004).

Barcelos (2008) afirma que a EA no Brasil nos dias atuais está muito mais presente fora do que dentro da escola, embora esta seja o lugar privilegiado para ensiná-la, desde que haja oportunidade para a criatividade (REIGOTA, 1994a). Já para Silva (2009), "Não existe no Brasil uma educação formal eficiente e holística. Portanto, dificilmente seria possível abordar a questão ambiental no mesmo bojo do currículo tradicional, que é disciplinar e cartesiano."

Apenas no início da década de setenta foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA - e a EA deste período vale apenas como menção histórica. Em 31 de agosto de 1981, foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente através da lei n° 6.938 (PEDRINI, 1998). Na metade dos anos oitenta, as primeiras discussões sobre a EA nas escolas brasileiras começaram a ser fomentadas nos meios educacionais e começou o debate se a EA deveria ou não ser mais uma disciplina no currículo escolar, no que o Conselho Federal de Educação optou por assumir a posição "[...] dos principais educadores ambientalistas brasileiros da época, que consideravam a educação ambiental como uma perspectiva de educação que deve permear todas as disciplinas" (REIGOTA, 1994a, p.25).

Leve-se em conta que a sociedade brasileira estava sob a Ditadura Militar e não havia espaço para a participação da sociedade civil (GUIMARÃES, 2004). Lima (2004, p.86) afirma que é só

> [...] por volta dos anos 1990, em nível nacional, a educação ambiental ganhou um impulso considerável, conquistando reconhecimento público e irradiando-se através de uma multiplicidade de reflexões e de ações promovidas por uma diversidade de agentes de organismos internacionais, organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, universidades e escolas.

Ainda de acordo com Reigota (1994a), a ECO-92 foi o divisor de águas para a consciência ecológica no Brasil e no planeta. A visibilidade midiática trazida por este evento global, realizado na cidade do Rio de Janeiro, proporcionou os meios para a difusão da EA em nosso país, embora a constituição brasileira de 1988 já tivesse expressado a necessidade "[...] de promover a educação ambiental em todos os níveis do ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" (VILLAS-BOAS; CARVALHO, 2002, p.3), fazendo coro ao consenso da comunidade internacional de que a EA deve estar presente em todos os espaços educativos, e não somente na escola (REIGOTA, 1994a).

A EA, na grande maioria dos municípios brasileiros, ainda está longe de atingir os objetivos formulados na Política Nacional de EA através da Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que em seu Capítulo Primeiro, nos seus dois primeiros artigos, afirma:

> Art. 1° Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.
> Art. 2° A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

No primeiro artigo pode-se observar a necessidade de construir valores para a busca da qualidade de vida. Para Leff (1998, p. 239), "[...] os avanços teóricos, epistemológicos e metodológicos no terreno ambiental foram mais férteis no terreno da pesquisa do que eficazes na condução de programas educacionais". Pois, segundo ele, "Faltou aos projetos de educação ambiental formal a conformação de massas críticas de professores – tanto em número como em caráter – assim como uma vigilância epistemológica, metodológica e pedagógica em seu projeto e desenvolvimento prático" (LEFF, 1998, p. 240-241).

No campo teórico, embora a EA brasileira tenha-se posicionado de forma crítica, a realidade ainda não contempla esta orientação nas escolas (LOUREIRO; LIMA, 2006). Pois, a EA crítica deve contribuir para mudança de atitudes e valores (CARVALHO, 2004). A participação política dos cidadãos e cidadãs nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente é bom exemplo: ou funcionam precariamente ou não funcionam (BERNA, 2004).

Outro arquétipo desta afirmação pode ser atestado ao ler-se o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, do qual destaco alguns princípios, a compará-lo com a realidade vivenciada pela maioria dos brasileiros e das brasileiras vítimas da injustiça ambiental:

1. Deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade;
2. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações;
3. Deve envolver uma perspectiva holítica, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar;
4. Deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem se abordados dessa maneira;
5. Deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promovendo oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retornar a condução de seus próprios destinos;
6. Valoriza as diferentes formas de conhecimenot. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado;
7. Deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe;
8. Deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos. [5]

Se a pobreza, o desmatamento, a erosão e a contaminação do ar são observáveis, as causas que levam a degradação ambiental nem sempre o são (LEFF, 1998) e a EA pode ajudar a fazer a ponte para explicar estes problemas aos atingidos. Para Sato (2002, p. 15), “As causas primárias de problemas, como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia na superprodução e superconsumo para uns e subconsumo e a falta de condições para produzir para a maioria.” Como lugar privilegiado para a discussão das questões ambientais, a escola pode contribuir para os elementos ensino/aprendizagem relativos à política, cidadania e ética (SEGURA, 2001). Já para Jacobi (2005, p. 245),

> Ao interferir no processo de aprendizagem e nas percepções e representações sobre a relação entre indivíduos e ambiente nas condutas cotidianas que afetam a qualidade de vida, a educação ambiental promove os instrumentos para a construção de uma visão crítica, reforçando práticas que explicitam a necessidade de problematizar e agir em relação aos problemas socioambientais, tendo como horizonte, a partir de uma compreensão dos conflitos, partilhar uma ética preocupada com a justiça ambiental.

TECENDO ALGUNS COMENTÁRIOS

É mais que necessário que a EA faça-se portadora não de respostas, mas, sim, de perguntas que instigarão as populações vítimas do modelo de desenvolvimento vigente no processo de quebra do ciclo de injustiça socioambiental no país, utilizando os mais diversos meios possíveis para este objetivo. Perguntas estas que respeitarão o exercício da cidadania e da participação daqueles e daquelas que podem transformar em ações as reflexões exercitadas por uma EA crítica e reflexiva.

A EA, no Brasil, ainda está aquém do potencial crítico e instigador. Ela precisa, além da crítica, propor modelos societários que rompam com o capitalismo e promovam, o mais rápido possível, sociedades que, não negando o conforto que a vida moderna proporciona, mitiguem as ações antrópicas degradadoras patrocinadas pelo consumismo, base do capitalismo moderno. Questionar o desmatamento da Amazônia, a desertificação do Nordeste ou a poluição do rio Jaguaribe-PB e não fazer o mesmo com o modelo de desenvolvimento que proporcionou estes três fenômenos é enfatizar as conseqüências negando as causas.

A escola, assim como outros espaços onde acontece a EA não formal, pode promover diálogo que objetive a reflexão crítica. A formação de cidadãos que possam julgar com sabedoria o melhor caminho para se chegar a uma sociedade sustentável somente acontecerá se a EA se propuser a desafiar os comodismos intelectuais que não ajudam os educandos a questionarem a ordem do lucro pelo lucro e do individualismo.

A Educação Ambiental pode e deve tomar parte neste processo de ruptura para uma sociedade sustentável e não comungar com o sistema degradador, através de medidas paliativas, como se envolver apenas as datas comemorativas ou respaldar medidas que não inibirão o processo de calamidade que muita comunidade já enfrenta ou, então, não estará sendo fiel aos anseios de seus primeiros pensadores que denunciaram a morte do planeta e almejaram um mundo de convivência pacífica com o meio ambiente.

Artigo recebido em: 30/09/2010
Artigo aceito em: 01/03/2011

Notas Finais

1 “Em 1968 foi realizada em Roma uma reunião de cientistas dos países desenvolvidos para se discutir o consumo e as reservas de recursos naturais não renováveis e o crescimento da população mundial até meados do século XXI” (REIGOTA, 1994a, p. 13).

2 “[...] a Organização das Nações Unidas realizou em 1972, em Estocolmo, na Suécia, a Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano. O grande tema da conferência de Estocolmo foi a poluição ocasionada principalmente pelas indústrias” (REIGOTA, 1994a, p. 14).

3 Reuniões patrocinadas pela Primeira Ministra da Noruega, Gro-Brundtland, em várias cidades do mundo para dar prosseguimento a Conferência de Estocolmo (REIGOTA, 1994a).

4 “A Rio 92, marcada para junho de 1992, tinha por finalidade essencial decidir quais são as medidas urgentes a serem adotadas em conjunto por todas as nações do mundo (sendo uma realização da ONU) para evitar, se ainda for possível, o fim da vida na superfície da Terra” (FREIRE, 1992, p. 9).

5 ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea.pdf]

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, F. J. P. Ética, Cidadania e Educação Ambiental. *In:* ANDRADE, M. O. de (Org). **Meio Ambiente e Desenvolvimento:** Bases Para uma Formação Interdisciplinar. João Pessoa: Editora Universitária, 2008, p. 325-349.

BARCELOS, V. **Educação Ambiental:** Sobre Princípios, metodologias e atitudes. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BERNA, V. **Como Fazer Educação Ambiental**. São Paulo: Paulus, 2004.

BERRY, T. **The Dream of the Earth**. San Francisco: Sierra Books Club, 1988.

CARDOSO, C. da C. Educação Ambiental Crítica: Contribuições para uma mente e um sistema Sócio-Econômico Menos Degradante. **Revista Educação Ambiental em Ação**. N. 27, Ano VII, 2009. Disponível em: [http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=673&class=02].

CARVALHO, I. C. de M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. *In*: MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da educação ambiental brasileira.** Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 13-24.

DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS-Latim. Porto: Porto Editora, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, R. **A Farsa Ecológica**. Rio de janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1992.

GUERRA, R. A. T.; ABÍLIO, F. J. P. **Educação Ambiental na Escola Pública**. João Pessoa: Foxgraf, 2006.

GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental Crítica**. *In*: MMA – Ministério do Meio Ambiente. Identidades da educação ambiental brasileira. Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 25-34.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educ. Pesqui.** [online]. 2005, vol. 31, n.2, p. 233-250. ISSN 1517-9702.

KUNG, H. **Projeto de Ética Mundial:** Uma Moral Ecumênica em Vista de uma Sobrevivência Humana. São Paulo: Paulinas, 2001.

LEFF, E. **Saber Ambiental.** Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LIMA, G. F. da C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. *In:* MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da educação ambiental brasileira.** Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 85-111.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. *In:* MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da educação ambiental brasileira.** Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 65-83.

NORDI, N. *et al.* Etnoecologia, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. *In*: SATO, M.; SANTOS, J. E. dos, (Orgs.). **A contribuição da Educação Ambiental à Caixa de Pandora.** São Carlos: Rima Editora, 2006, p. 133-144.

PEDRINI, A. de G. Trajetórias da Educação Ambiental. *In:* _____. **Educação Ambiental:** Reflexões e Práticas Contemporâneas. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 21-87.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994a.

_____ . **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo: Editora Cortez, 1994b.

SATO, M.; SANTOS, J. E. dos (Orgs). **A Contribuição da Educação Ambiental à Caixa de Pandora**. São Carlos: Rima Editora, 2006.

SEGURA, D. S. B. **Educação Ambiental na Escola Pública:** da curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo. Annablume/Fapesp, 2001.

SILVA, A. G. da. Educação Ambietal: Por quê? Para quê? Para quem? *In*: **Revista Educação Ambiental em Ação**, Número 29, Ano VII, 2009. Disponível em: [http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=735&class=02].

STORNIOLO, I.; BALANCIN, E. M. **Bíblia Sagrada**: Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.

VILLAS-BOAS, D.; CARVALHO, M. E. P. de. **Educação Ambiental na Escola:** Descobrindo o Manguezal. João Pessoa, 2002.